



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL / 2024

Emitente: Controladoria Interna Geral

Entidade: Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, ES

Gestor responsável: Brás Zagotto (Presidente Biênios 2021/2022 - 2023/2024)

Gestor responsável pelo envio da PCA 2024: Alexandre Valdo Maitan (Presidente Biênio 2025-2026)

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nossas conclusões. Os pontos de controle objeto de auditorias no decorrer do exercício estão com o(s) respectivo(s) número(s) de relatório de auditoria relacionado (s). Os pontos verificados por ocasião desta PCA, estão assim informados no mesmo campo, conforme abaixo.

Cód	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Relatório(s) de auditoria nº ou verificação p/ PCA
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	1.877 OP R\$ 29.534.380,54 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	347 OP R\$ 8.637.290,59 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 06/2024
1.2. Gestão Previdenciária							
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	-Balancete da Despesa de Listagem e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	43 processos 237 OP's Liquidado R\$2.011.176,96 (INSS) R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	43 processos 237 OP's R\$ 2.011.176,96 (INSS) R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 15/2024
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	-Balancete da Despesa de Listagem e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	43 processos 237 OP's Liquidado R\$2.011.176,96 (INSS) R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	43 processos 237 OP's R\$2.011.176,96 (INSS) R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 15/2024
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de	-Balancete da Despesa Contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998,	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	43 processos 237 OP's R\$ 4.889.906,41	43 processos 237 OP's R\$ 4.889.906,41	Relatório de Auditoria: 15/2024

	pagamento	-Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos	art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	(valor total pago no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes do exercício de 2024 e restos a pagar de 2023)	(valor total pago no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes, do exercício de 2024 e restos a pagar de 2023) (Não houve VPD de multas e juros; não foram constatadas obrigações previdenciárias pagas intempestivamente)	
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	-Balancete Contábil -Resumo folhas pagamento -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	43 processos 237 OP's R\$ 811.725,76 (INSS) R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	43 processos 237 OP's R\$ 811.725,76 (INSS) R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 15/2024
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Relatório de demonstração da Dívida Fundada Interna -Processos de Pagamentos Previdenciários -Balancete	PPSCF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;	R\$ 26.956.940,52 (Total de despesa empenhada) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	R\$ 26.956.940,52 (Total de despesa empenhada) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 15/2024

		Contábil - Listagem de arrecadação de receitas RPPS		e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.			
1.3. Gestão Patrimonial							
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	-Balancete Contábil -Balanço Patrimonial -Tabelas 10,11,12, 13 e 16 -processo Inventário anual	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	1.432 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 10.957.954,52 Móveis e Frota: R\$ 2.163.934,62 Intangíveis: R\$ 0,00 Obs: Não se constatou material permanente em estoque	1.432 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 10.957.954,52 Móveis e Frota: R\$ 2.163.934,62 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 17/2024
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	- Inventário de bens por classe patrimonial, - Inventário Anual dos Bens imóveis, móveis e intangíveis; - Portaria nº 106/2024 (DOM nº 6978, de 02/02/24) sobre responsáveis pela guarda e administração dos bens; - Apêndice 37/2021 do processo TC	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Imóveis: R\$ 10.957.954,52 Móveis e Frota: R\$ 2.163.934,62 Intangíveis: R\$ 0,00	Imóveis: R\$ 10.957.954,52 Móveis e Frota: R\$ 223.388,44 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 17/2024

		04847/2020; - Portal da transparência CMCI					
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários -LOA -Listagem Movimento Financeiro	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 27.550.000,00 Valor total do repasse (duodécimos)	R\$ 27.550.000,00 Valor total do repasse (duodécimos)	Verificação p/ PCA
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários da conta corrente e de aplicação financeira -Termo de Verificação das disponibilidades	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02-9) - R\$ 0,00 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - R\$ 5.950,58 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento CEF) - R\$ 2.871.492,38 (saldo em 31/12/2024)	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02- 9) - R\$ 0,00 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - R\$ 5.950,58 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento CEF) - R\$ 2.871.492,38 (saldo em 31/12/2024)	Verificação p/ PCA
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	-Balanço patrimonial -Balancete da Despesa -Relatório de restos a pagar	LC 101/2000, art. 42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Total Empenhado R\$ 26.956.940,52	Total Empenhado R\$ 26.956.940,52 Superávit Financeiro 2024 R\$ 643.609,68	Verificação p/ PCA

1.4. Limites Constitucionais e legais

1.4.7	Despesas com pessoal limite	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente de acordo com opção de divulgação do município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65 Limite 29-A/CF: 59,60% Limite LRF: 2,36%	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13/2024
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	- Projeto de lei nº 84/2024	LC 101/2000, art. 21	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do art. 21 da LRF	01 Projetos de Lei	01 Projetos de Lei	Relatórios de Auditoria: 13/2024 Obs. 02
1.4.9	Despesas com pessoal aumento despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato.	Projeto de lei nº 84/2024	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	01 Projetos de Lei	01 Projetos de Lei	Verificação p/ PCA Obs. 02
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22,	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13/2024

		Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.		parágrafo único, incisos I a V da LRF.	Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65	R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65 Limite 29-A/CF: 59,60% Limite LRF: 2,36%	
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se as despesas totais com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF(e 169 § 3º e 4º da CF/88).	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65 Limite 29-A/CF: 59,60% Limite LRF: 2,36%	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13/2024
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	- PL,s nº 84/2024 - LOA/2024 – Lei nº 8.093/23; - LDO/2024 – Lei nº 8.082/23;	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração	01 Projetos de Lei	01 Projetos de Lei	Relatórios de Auditoria: 13/2024

				<p>direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a existência:</p> <p>I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas empresas públicas e de sociedade de economia mista.</p>			
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 27.550,000,00 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 Desp. Encargos: R\$ 2.617.603,65 Limite 29-A/CF: 59,60% Limite LRF: 2,36%	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13/2024
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	-Lei 7.733/2019 -Detalhamento remuneração Deputados Estaduais	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 16.503,19	Relatórios de Auditoria: 02, 08,13/2024

		(Transparência da Assembleia) -Informações Censo IBGE – Internet - Folha de pagamento da CMCI		legislatura para outra.	= R\$ 16.503,19 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	
1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Ficha financeira dos vereadores exercício 2024	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 16.503,19 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12 Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.671.519,92	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 16.503,19 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12 Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.671.519,92	Relatórios de Auditoria: 02, 08,13/2024
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -RGF da PMCI e da CMCI publicados	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.671.519,92 Receita Corrente Líquida	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.671.519,92 Receita Corrente Líquida R\$ 807.014.714,96 Montante em %: 0,33%	Relatórios de Auditoria: 02, 08,13/2024

					R\$ 807.014.714,96		
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	- Balancete Analítico da Despesa Orçamentária - Relatório Receita Realizada.	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 26.956.940,52 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 27.550.000,00	R\$ 26.956.940,52 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 27.550.000,00 Superávit Orçamentário: R\$ 593.059,48	Verificação p/ PCA

1.5. Demais Atos de Gestão

1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	- Documentos PCA	IN regulamenta -dora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Documentos da PCA/2024 36 arquivos	Documentos da PCA/2024 36 arquivos	Verificação p/ PCA
1.5.2	Segregação de funções.	-Processos de pagamento (Amostragem); -Processos de dispensa/inexigibilidade (Amostragem)	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Pagamento R\$ 29.534.380,54 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	Processos Pagamento R\$ 8.637.290,59	Relatórios de Auditoria: 06 /24

1.6. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)

1.6.1. Folha de Pagamento

1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	-IN TCEES 68/2020 e alterações; -Extrato Consolidado da PCF janeiro a dezembro de 2024; - Resumo geral da Folha de pagamento de janeiro a dezembro de 2024; -Extrato bancário janeiro a dezembro de 2024 conta Caixa Econômica Federal ag. 2016 conta 2-9.	IN regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	R\$18.158.970,38 (Folha Bruta)	R\$18.158.970,38 (Folha Bruta)	Relatórios de Auditoria: 16/2024
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	-Lei 4.320/1964, art. 63; -MCASP; -Extrato Consolidado da PCF janeiro a dezembro de 2024. -Balancete da despesa de janeiro a dezembro/2024.	Lei 4.320/1964, art. 63; e MCASP	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	R\$18.158.970,38 (Folha Bruta)	R\$18.158.970,38 (Folha Bruta)	Relatórios de Auditoria: 16/2024

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	-Balancete da Despesa dezembro/2024. -Balanço Patrimonial 2024	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	R\$ 26.956.940,52 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 27.550.000,00	R\$ 26.956.940,52 (Despesa total empenhada) Repasse: R\$ 27.550.000,00 Superávit Orçamentário: R\$ 593.059,48	Verificação p/ PCA
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	-Listagem de Créditos Adicionais - Movimento de Alterações Orçamentárias; - Lei 8093/23; -Decretos Publicados	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Montante Suplementado: R\$ 3.798.300,00 Limite Autorizado Lei nº 8093/23 (art. 9º) - 50% Montante Utilizado: 13,79%	Montante Suplementado: R\$ 3.798.300,00 Limite Autorizado Lei nº 8093/23 (art. 9º) - 50% Montante Utilizado: 13,79%	Relatório de Auditoria: 04, 12/2024
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	-Escriturações Contábeis das auditorias e verificações	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Verificação p/ PCA Obs.03
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	-Extrato bancário -Conta 2-9 da Caixa Econômica	Lei 8.666/93, arts. 5º e 92, c/c	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 29.534.380,54 (valor total dos	R\$ 4.636.775,95	Relatório de Auditoria: 03 e 11/2024

		Federal(janeiro a agosto/2024) -Movimento diário de Caixa(janeiro a agosto/24) -Listagem de liquidações(mai o a setembro/2024) -IN CMCI SFI 01/2020 V.02	CRFB/88, art. 37		pagamentos incluídos restos a pagar)		
2.2.29	Déficit orçamentário de medidas de contenção	-Balancete Orçamentário da Despesa mês 12/2024 (indicando saldo orçamentário/superávit orçamentário)	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Não se constatou déficit orçamentário e financeiro no exercício de 2024. Não houve limitação de empenho e movimentação financeira no exercício. Total das despesas empenhadas: R\$ 26.956.940,52 Superávit Orçamentário: R\$ 593.059,48	Verificação p/ PCA
2.2.31	Despesa – liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	1.877 OP R\$ 29.534.380,54 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	347OP R\$ 8.637.290,59 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 06/2024
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	1.877 OP R\$ 29.534.380,54 (valor total dos pagamentos incluídos restos a pagar)	347 OP R\$ 8.637.290,59 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 06/2024

2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52 Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2024.	Verificação p/ PCA Obs.01
2.2.35	Despesa – subvenção social.	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil;	Lei 4.320/1964, art. 16	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52 Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2024.	Verificação p/ PCA Obs.01

2.3. Gestão Patrimonial

2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	-Balancete Orçamentário da despesa; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 23144/2024;	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Normas Brasileira de Contabilida-	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP e se os passivos contingentes estão sendo devidamente	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Verificação p/ PCA Obs.01 e 04
-------	---	--	--	--	--	--	---------------------------------------

		-Balanço Patrimonial	de NBC-TSP 03	reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP			
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	-Balancete Orçamentário da despesa; -Balancete contábil; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 23144/2024	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52 Não se constatou este tipo de pagamento dentre as despesas em 2024.	Verificação p/ PCA Obs.01 e 04
2.3.5	Cancelamento de passivos	-E-mail do setor contábil à Controladoria; -Balancete Contábil; - Demonstração das Variações Patrimoniais/24	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Normas Brasileiras de Contabilidade e NBC-TSP e NBC T16	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	R\$ 156.710,17 (Total de Cancelamento de Passivos)	R\$ 156.710,17 (Total de Cancelamento de Passivos) Há comprovação de fato motivador	Verificação p/ PCA Obs.05
2.4. Limites Constitucionais e legais							
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	-Balancete Orçamentário da despesa; -Balancete contábil;	LC 101/2000, art. 25, §1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observados	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52 Não se constatou de realização	Verificação p/ PCA Obs.01

						transferência voluntária em 2024.	
2.5. Gestão Previdenciária							
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	-Balancete Analítico da Receita Extraorçamentária; -Listagem de Descontos dos Pagamentos; -Listagem de Pagamento; -Processos de Pagamento	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	37 processos R\$ 51.094,64 (ISS); R\$ 38.879,29 (IRRF) R\$30.947,84 (INSS) R\$10.616,29 (outras contribuições)	37 processos R\$ 51.094,64 (ISS); R\$ 38.879,29 (IRRF) R\$ 30.947,84 (INSS) R\$10.616,29 (outras contribuições)	Relatório de Auditoria: 15/2024
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-Leis Municipais nº 6.910/13 e 7.644/2018 e 7.794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Folhas de pagamento mensal -Processos de pagamento	CF/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM) Parte Segurado ano (retenção): R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de fev e maio/2024, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 16.089,41 Parte Segurado: RPPS: R\$ 13.012,28	Relatório de Auditoria: 05/2024
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	-Lei nº 8.212/91, Decreto nº 3.048/99, -Leis Municipais	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo às alíquotas de	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$ 2.011.176,96 (INSS)	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de fev e maio/2024, por	Relatório de Auditoria: 05/2024

		nº 6.910/13 Art.15ss, 7.644/2018 e 7.7794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Folhas de pagamento mensal – analítica; – Processos de pagamento	9717/1998, arts. 1º e 3º.	contribuição estabelecidas conforme a legislação.	R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 811.725,76 (INSS) R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM) Alíquotas: Patronal INSS – 20% + 1%(RAT) IPACI – 17,5% IPAJM – 14% Alíquotas: Segurado INSS – 7,5%, 9%, 12% e 14% IPACI – 14% IPAJM – 14%	amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 16.089,41 RGPS: R\$ 29.118,00 Parte Segurado: RPPS: R\$ 13.012,28 RGPS: R\$ 11.996,57	
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	-Lei nº 6.910/13, Art.15ss -Processos de pagamento das contribuições previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	17 Processos Pagamento de RPPS Parte patronal ano: R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM) Parte Segurado ano (retenção): R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	17 Processos Pagamento de RPPS Parte patronal ano: R\$ 697.439,67 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM) Parte Segurado ano (retenção): R\$ 557.952,10 (IPACI) R\$ 1.707,92 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 15/2024 Obs. 06
2.5.7	Servidores cedidos	-Declaração fornecida pelo Departamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de	01 convênio	01 convênio	Verificação p/ PCA Obs.07

		de Recursos Humanos; -Contratos de cessão	Lei 9717/1988, art. 1º. Portaria MTP 1467/2022, art. 74	cessão de servidores			
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	- Balancete da Despesa; - Demonstrativo da Dívida Fundada	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Portaria MTP 1467/2022, art. 14 a 17	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa. R\$ 26.956.940,52 OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Não se constatou acordo de parcelamento em 2024. Total de todas as despesas empenhadas no exercício de 2024 conforme balancete da despesa: R\$ 26.956.940,52 OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 15/2024
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	-Processos de pagamento do Aporte exercício de 2024; -Balancete Contábil da CMCI exercício 2024; -Balancete da Despesa Exercício de 2024; Listagem de arrecadações de Receitas RPPS(exercício	MCASP e Portaria MTP 1467/22, art. 55	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Valor do Aporte 2024 R\$ 976.261,14	Valor do Aporte 2024 R\$ 976.261,14	Relatório de Auditoria: 15/2024

		2024); -Lei nº 6.910/2013, Art.15 e Lei nº 8.089/2023 que regulamentam o pagamento do Aporte					
--	--	--	--	--	--	--	--

2.6. Demais atos de gestão

2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	-PCM Folha; - Declaração do setor de RH.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Não se constatou nenhuma contratação temporária em 2024	Não se constatou nenhuma contratação temporária em 2024	Verificação p/ PCA Obs. 01
2.6.4	Pessoal – teto	-Folha de pagamento analítica da Câmara Municipal do mês de agosto/2024, -Portais de transparência da PMCI e do TJES, Jurisprudências STF (RE 575978/SP) e TCEES. (Acórdão TC293/2012) -	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Despesa Folha: R\$ 16.420.881,79 (RGF 3º quadrimestre/24)	01 folha de pagamento Folha de Pagamento: Agosto: R\$ 1.189.247,03	Relatório de Auditoria: 09/2024
2.6.6	Dispensa e Inexibibilidade de licitação	- Processos das referidas contratações	Lei 14.133/21, arts. 72, 74	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexibibilidade de licitação observaram as	R\$ 1.796.260,13	R\$ 56.548,90	Relatório de Auditoria: 18/2024

			e 75;	disposições contidas nos artigos da lei de licitações			
--	--	--	-------	---	--	--	--

2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)

2.7.1. Folha de Pagamento

2.7.1.1	Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	- PCF-(janeiro a dezembro/24) - IN TCES 68/2020 e alterações -resumo folhas pagamento(janeiro a dezembro de 2024) - Remessa enviada ao TCEES CidadES Folha	IN TC 68/20 regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Verificar quais foram as providências tomadas com relação as ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/24)	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/24)	Relatório de Auditoria: 14/2024 Obs. 08
2.5.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	- PCF(janeiro a dezembro/24) - IN TCES 68/2020 e alterações - Resumo folha pagamento(janeiro a dezembro de 2024) - Remessa enviada ao TCEES CidadES Folha	IN TC 68/20 regulamenta dora da remessa de prestação de contas	Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos Pontos de Controle informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/24)	12 Prestações de Contas da Folha (PCF de janeiro a dezembro/24)	Relatório de Auditoria: 14/2024 Obs. 08

2.7.2. Atos de Pessoal

2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2024; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III ; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2024	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2024	Verificação p/ PCA Obs. 01
2.7.2.2	Registro de Admissões	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2024; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III ; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos a apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2024	Não se constatou nenhuma nomeação de servidor efetivo em 2024	Verificação p/ PCA Obs. 01



1.2. Observações, constatações e recomendações

Obs.01. Situação fática não ocorrida em 2024.

Obs.02. O Projeto de Lei nº 84/2024 dispõe sobre a concessão de abono pecuniário, no mês de dezembro. Conforme entende nosso Tribunal de Contas, é permitido a concessão de abono aos servidores, mesmo durante o período dos 180 dias, observados os limites previstos no art. 20, da LRF, bem como o estabelecido no art. 16 do mesmo diploma legal e no art. 169, § 1º da CF (Parecer Consulta nº 001/2012 / Acórdão TCEES nº 01629/2019).

Obs.03. Conforme auditorias realizadas no exercício de 2024, sobre as amostras selecionadas, não se identificou descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público, escrituração e consolidação contábil das contas públicas desta Câmara Municipal, conforme requisitos do Art. 50/LRF.

Obs. 04. A CMCI não efetua pagamento de precatórios. Estes são pagos pela Prefeitura. Quando o precatório tem relação com fato ocorrido na CMCI, a Prefeitura solicita o respectivo reembolso. Neste sentido, em consulta à Procuradoria Legislativa, obteve-se a informação de que há um Processo Judicial anterior a 2023 (Processo nº 0016880-45.2017.8.08.0011), perante a Justiça Estadual do ES, com julgamento procedente e trânsito em julgado, já estando em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (probabilidade de perda PROVÁVEL). Diante dessa probabilidade, por prudência e por possibilidades legais, financeiras e orçamentárias (conforme Parecer Jurídico), a CMCI decidiu realizar em 2020 o respectivo Empenho, deixando o referido montante em caixa (RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) no valor de R\$ 315.246,85 (Nota de Empenho n/ 630/2020). Após nova informação da Procuradoria Legislativa, este valor foi complementado em 2022, com acréscimo de R\$ 35.412,08 (Nota de Empenho nº 816/2022), totalizando R\$ 350.658,93 (trezentos e cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos).

Obs.05. O montante total de cancelamento de passivos (R\$ 156.710,17 – cento e cinquenta e seis mil, setecentos e dez reais e dezessete centavos) está comprovado por fato motivador. São provenientes dos seguintes Decretos:

Decreto nº 34172/24 – R\$ 104.220,04 – Publicado no Diário Oficial nº 7064, de 07/06/24;

Decreto nº 34866/24 – R\$ 1.939,93 – Publicado no Diário Oficial nº 7209, de 20/12/24;

Decreto nº 34889/24 – R\$ 50.550,20 – Publicado no Diário Oficial nº 7216, de 26/12/24;

Obs.06. Somente no que tange aos recolhimentos em favor do RPPS (IPACI), importante frisar que, embora todos os recolhimentos sejam baseados nas respectivas guias, as quais estão presentes nos respectivos processos de pagamento, informa-se que estas não dispõem de código de barras ou outro mecanismo para recolhimento diretamente através delas, de modo que, após sua emissão manual, os recolhimentos são feitos através de depósitos na conta oficial do Instituto, tendo como base as informações que das guias constam.



Obs. 07. No exercício de 2024 a CMCI não cedeu nenhum servidor de seu quadro administrativo. A CMCI recebeu 01 servidor cedido do quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, através do Convênio 60/2021 (processo nº 01-3.524/2021) em vigor. O IPACI foi formalmente cientificado.

Obs. 08. Todas as inconsistências indicativas e pontos de controle apresentados nas PCF foram sanados.

1.3. Constatações e proposições relativas ao Plano Anual de Auditoria/2024

De acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna (PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/CMCI/2024 PORTARIA Nº 329/24, DOM nº7066, 11/06/24) essa Controladoria cumpriu as atividades nele descritas, conforme a tabela a seguir. As informações relativas a estas auditorias, suas respectivas constatações e providências estão descritas no “RELACI” desta prestação de contas, ao qual se remete.

Relatório de Auditoria Nº	Objeto	Achados/constatações	Encaminhamentos / Situação
06/2024	Formalização dos Processos de Pagamento	Nenhum achado Vide Item 3.5 do RELACI	-
02, 08 e 13/2024	Limite Despesa Pessoal	Nenhum achado Vide Item 3.2 do RELACI	-
17/2024	Patrimônio – Demonstrações Contábeis, evidenciação, caracterização, existência de responsáveis;	Nenhum achado Vide Item 3.9 do RELACI	-
09/2024	Verificação do cumprimento do limite da verba de gabinete; do cumprimento dos requisitos para	Nenhum achado Vide Item 3.7 do RELACI	-



	investidura em cargos comissionados; da conformidade entre os valores determinados pela legislação e valores efetivamente pagos; do cumprimento do teto remuneratório		
04 e 12/2024	Abertura de Créditos Adicionais	Nenhum achado Vide item 3.4 do RELACI	-
05/2024	Verificação de Base e Alíquota de Contribuições Previdenciárias	Nenhum achado Vide item 3.6.1 do RELACI	-
15/2024	Verificação da Gestão Previdenciária	Nenhum achado Vide item 3.6.2 do RELACI	-
03 e 11/2024	Verificação do cumprimento da Ordem Cronológica da exigibilidade dos passivos	Nenhum achado Vide item 3.3 do RELACI	-
01, 07 e 10/2024	Verificação da veracidade dos saldos das contas do Balancete Contábil	Nenhum achado Vide item 3.1 do RELACI	-
16/2024	Verificação dos valores da PCF 2024(Folha de pagamento X PCF e Contabilização X PCF)	Nenhum achado Vide item 3.11 do RELACI	-
14/2024	Verificação das providências de regularização das "indicativas" e "pontos de controle" informados pelo cidades folha	Nenhum achado Vide item 3.10 do RELACI	-



	(PCF) no exercício de 2024		
18/2024	Verificação da formalização dos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação	Nenhum achado Vide item 3.8 do RELACI	-

1.4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

1. Gestão Orçamentária

Quanto à execução orçamentária do exercício de 2024, destaca-se que o Orçamento Anual aprovado para a Câmara Municipal foi de R\$ 27.550.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).

1.1. Despesa Fixada e Executada

Quanto ao desempenho da despesa, considera-se economia aquela que resulta da execução abaixo da fixada. No exercício orçamentário 2024 foi autorizada despesa de 27.550.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) e a execução de R\$ 26.956.940,52 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), sendo que desse valor, R\$ 1.234.350,82 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos) são de Restos a Pagar Processados e Não Processados do Exercício de 2024. Assim, no exercício de 2024, após todos os investimentos, obteve-se uma economia orçamentária de R\$ 593.059,48 (quinhentos e noventa e três mil, cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa Fixada	R\$ 27.550.000,00
Despesa Executada	R\$ 26.956.940,52
Economia de Despesa	R\$ 593.059,48

1.2. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário demonstra o efetivo desempenho do orçamento, ou seja, compara as receitas realizadas com as despesas executadas. O superávit orçamentário demonstra que houve sobra de recursos orçamentários, economia de despesas e gestão administrativa.



2. Gestão Financeira

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Desta forma, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, o total de ingressos financeiros (orçamentários e extraorçamentários) e o total dos dispêndios financeiros (orçamentários e extraorçamentários) no período.

Importante informar que no exercício de 2024, foi devolvido o montante de **R\$ 1.712.743,23** (um milhão, setecentos e doze mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos) à Prefeitura Municipal de Cachoeiro. Do valor acima mencionado, **R\$ 959.523,54** (novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos) refere-se à sobra orçamentária do exercício de 2023; **R\$ 160.399,65** (cento e sessenta mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) refere-se ao saldo de rendimentos de aplicação financeira de 2023; **R\$ 486.660,07** (quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta reais e sete centavos) refere-se a parte dos rendimentos de aplicação financeira de 2024; e **R\$ 106.159,97** (cento e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos) refere-se ao cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores pela não necessidade de sua utilização.

O Resultado Financeiro superavitário apurado no exercício financeiro de 2024 foi de **R\$ 643.609,68** (seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme descrito abaixo:

Ativo Financeiro	Valor (R\$)
Saldo Financeiro em 31/12/2024	2.877.442,96
Outros Créditos em 31/12/2024 (sal. família + sal. maternidade)	2.378,37
Total Ativo Financeiro	2.879.821,33
Passivo Financeiro	Valor (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados (2020/2024)	1.643.844,20
Consignações a Pagar	549.720,75
Rendimento de Aplicação a Devolver PMCI	42.646,70
Total Passivo Financeiro	2.236.211,65
Superávit Financeiro	R\$ 643.609,68

3. Gestão Patrimonial

Das informações que podemos extrair do Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, destaca-se:

O Patrimônio Líquido da Câmara Municipal em 31/12/2023 era positivo em **R\$ R\$ 9.134.392,03** (nove milhões, cento e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e três



centavos). Já em 31/12/2024 o patrimônio líquido é positivo em **R\$ 14.119.051,63** (quatorze milhões, cento e dezenove mil, cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

4 – Gestão Fiscal

4.1 Relatório de Gestão Fiscal

Relatório de Gestão Fiscal constitui um conjunto de demonstrativos que evidencia a obediência aos limites estabelecidos pela LRF, bem como pela Constituição Federal/88, devendo ser publicado periodicamente a cada quadrimestre do ano. No exercício de 2024 foram apurados os seguintes limites:

EVENTOS	VALOR (R\$)
Despesa com pessoal (ativo)	16.312.452,81
(+) Contribuições Patronais (encargos)	2.617.603,65
(+) Terceirizados	296.151,77
(-) Despesas não Computadas	(187.722,79)
Total da Despesa	19.038.485,44
EVENTOS	VALOR (R\$)
Receita corrente líquida	806.977.436,89
Limite Máximo – art. 20, LRF - 6%	48.418.646,21
Limite Prudencial- art.22, LRF – 5,7%	45.997.713,90
Limite – LRF, art. 20,III,a	2,36%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Repasse recebido no exercício	27.550.000,00
Despesa com folha de pagamento (ativo + terceirizados - indenização)	16.420.881,79
Limite – CF/88, art. 29-A	59,60%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Valor do Subsídio dos Vereadores	10.514,00
Despesa com subsídio dos Vereadores	2.671.519,92



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual, sob a responsabilidade do Sr. Bras Zagotto, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados (elencados no item 1) desta manifestação e as peças da PCA apresentadas a esta UCCI, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de março de 2025.

Wagner Baptista Rubim
Controlador Geral

Fabiana Lopes dos Santos
Auditora Interna Pública
CRC/ES 012163/O-9